



VOCÊ NA
DEFENSORIA

VADEVUPT
CÓDIGO PENAL
Art. 1 ao 12

NOVIDADES DESTA VERSÃO:

- Atualizado até esta data.

**SEJA BEM-VINDO
AO VND!**

**O NOSSO SONHO É
VER VOCÊ NA DEFENSORIA!**



**VOCÊ NA
DEFENSORIA**



VADEVUPT

CÓDIGO PENAL

PARTE GERAL

TÍTULO I

DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

| DIREITO PENAL, CRIMINOLOGIA E POLÍTICA CRIMINAL | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|-------------------------------|----------------------------------------|-------------------|
| Campo | Ciência | Objeto | Resultado | Método |
| Direito Penal Analisa os fatos humanos indesejados, define quais devem ser rotulados como crime ou contravenção, anunciando as penas. | Normativa (dever ser) | O crime enquanto NORMA | Norma jurídica | Dedutivo |
| Criminologia Ciência empírica que estuda o crime, o criminoso, a vítima e o comportamento da sociedade. | Empírica valorativa (ser) | O crime enquanto FATO | Dados científicos | Empírico Indutivo |
| Política Criminal Estratégias e meios de controle social da criminalidade. | Política | O crime enquanto VALOR | Ações concretas contra a criminalidade | Indutivo |

| CONCEITO DE DIREITO PENAL | |
|----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Formal (ou estático) | Direito Penal é o conjunto de normas que qualifica certos comportamentos humanos como infrações penais, define os seus agentes e fixa sanções a serem-lhes aplicadas. |
| Material | Refere-se a comportamentos considerados altamente reprováveis ou danosos ao organismo social, afetando bens jurídicos indispensáveis à própria conservação e progresso da sociedade. |
| Sociológico (ou dinâmico) | É um instrumento de controle social, buscando assegurar a necessária disciplina para a harmônica convivência dos membros da sociedade. |

| FUNÇÕES DO DIREITO PENAL | |
|---------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Proteção de Bens Jurídicos | O Direito Penal tem como função a <u>proteção de bens jurídicos</u> , ou seja, valores ou interesses reconhecidos pelo Direito e imprescindíveis à satisfação do indivíduo ou da sociedade. |
| Instrumento de Controle Social | O Direito Penal serve como <u>um instrumento de controle social</u> , preservando a paz pública e a ordem em uma coletividade. |
| Garantia | O Direito Penal também tem a função de garantir que apenas os fatos expressamente previstos em lei sejam punidos, o que assegura que não haja arbitrariedade nas punições. Portanto, protege os cidadãos ao <u>delimitar o poder</u> |

| | |
|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <u>punitivo do Estado</u> . Segundo Franz von Liszt , " <i>o Código Penal é a Magna Carta do delinquente</i> ". |
| Função Ético-Social | <p>A função ético-social do Direito Penal busca <u>promover um mínimo ético na sociedade</u>, assegurando a moralidade pública. Isso se manifesta em leis que visam a criar uma conscientização social e moral (v.g. leis contra crimes fiscais, ambientais).</p> <p>CRÍTICA: a doutrina sustenta a falta de legitimidade do Estado para proceder a tarefas educativas com o emprego do Direito Penal, notadamente porque a educação se alcança pela interação social, e não com estruturas autoritárias de coação.</p> |
| Função Simbólica | <p>A função simbólica do Direito Penal cria uma <u>impressão de que a criminalidade está sob controle</u>, mesmo quando o Estado não está de fato combatendo as causas reais (v.g. criação exagerada de figuras penais, aumento desproporcional de penas).</p> <p>CRÍTICA: a doutrina reconhece que a função simbólica desempenha, <i>a priori</i>, uma função educativa e promocional a curto prazo. Porém, a longo prazo, resulta na perda de credibilidade do ordenamento jurídico, já que há a utilização de meio inadequado para solver o problema do crime.</p> |
| Função Motivadora | <p>A função motivadora do Direito Penal visa a desencorajar os indivíduos de cometerem crimes, através da ameaça de sanções. Nesse sentido, extrai-se a função preventiva sob os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Finalidade preventiva geral: antes de punir o infrator da ordem jurídico-penal, procura motivá-lo para que dela não se afaste, estabelecendo normas proibitivas e cominando as sanções respectivas, visando a evitar a prática do crime. • Finalidade preventiva especial: falhando a função motivadora da norma penal, transforma-se a sanção abstratamente cominada, através do devido processo legal, em sanção efetiva, tornando aquela prevenção genérica, destinada a todos, numa realidade concreta, atuando sobre o indivíduo infrator. |
| Função de Redução da Violência Estatal | A função de redução da violência estatal reconhece que a <u>imposição de penas representa uma agressão ao cidadão</u> . Por isso, o Direito Penal moderno busca limitar a criminalização e as sanções apenas aos casos estritamente necessários, em respeito ao direito à liberdade. |
| Função Promocional | A função promocional do Direito Penal defende que ele deve ser um <u>instrumento de transformação social</u> , promovendo mudanças na ordem social para facilitar a evolução da sociedade. |

| EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL | |
|-------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Vingança Divina | Nas sociedades primitivas, punição vista como apaziguamento dos deuses descontentes, com penas desproporcionais e sem foco na justiça. |
| Vingança Privada | Implementação da Lei de Talião ("olho por olho") para proporção de punição; evolui para composições, precursoras das reparações civis. |

| | |
|-------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Vingança Pública | Estado assume controle, substituindo vingança privada, com objetivos de segurança e controle, ainda com penas cruéis. |
| Direito Penal na Antiguidade | <ul style="list-style-type: none"> - Grécia Antiga: Evolução do pensamento penal com Sócrates, Platão e Aristóteles, introduzindo conceitos de livre-arbítrio e defesa social. - Direito Penal Romano: Introdução de códigos legais como Lei das XII Tábuas; distinção entre crimes públicos e privados. - Direito Penal Germânico: Responsabilidade objetiva, evoluindo para consideração do dolo com influência do Direito Romano. - Direito Penal Canônico: Influência da Igreja e introdução de ideias de penitência e reforma do delinquente. |
| Período Humanitário | Iluminismo traz crítica às penas cruéis e desproporcionais; Beccaria e Bentham promovem ideias de prevenção e proporcionalidade, com foco em utilidade social da pena. |
| Cesar Beccaria | Postula prevenção ao invés de vingança, com penas proporcionais e humanizadas; rejeição da vingança como fundamento do ius puniendi. |
| Jeremy Bentham | Desenvolve conceito de Panóptico; enfatiza prevenção geral, simbolismo da pena, e vê castigo como mal necessário para prevenir maiores danos sociais. |

| ESCOLAS PENAIAS | |
|-------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Escola Clássica | <ul style="list-style-type: none"> - Influenciada pelo Iluminismo e por filósofos como Beccaria. - Foco na reabilitação do delinquente e na dignidade humana. - Pena vista como medida repressiva baseada em culpabilidade. |
| Escola Positiva | <ul style="list-style-type: none"> - Surgiu no final do século XIX com o pensamento positivista. - Crime visto como patologia social; foco na defesa social. - Pena baseada na periculosidade do criminoso, não na retribuição. - Principais expoentes: Lombroso, Garofalo, Ferri. |
| Terza Scuola Italiana | <ul style="list-style-type: none"> - Tentou conciliar ideias das Escolas Clássica e Positiva. - Introduziu determinismo psicológico; distinção entre imputáveis e inimputáveis. - Função da pena centrada na defesa social. |
| Escola Moderna Alemã | <ul style="list-style-type: none"> - Fundada por Franz von Liszt; foco na prevenção especial. - Introduziu o conceito de pena finalística e distinguiu entre imputáveis e inimputáveis. - Viu o crime como fenômeno humano-social e jurídico. |
| Escola Técnico-Jurídica | <ul style="list-style-type: none"> - Fundada por Arturo Rocco; reação ao positivismo. - Foco no crime como fenômeno jurídico, utilizando método técnico-jurídico. - Defesa da responsabilidade moral baseada na vontade livre. |
| Escola Correcionalista | <ul style="list-style-type: none"> - Vê a pena como meio exclusivo para corrigir o delinquente. - Foco na correção da vontade defeituosa do criminoso. |
| Escola da Nova Defesa Social | <ul style="list-style-type: none"> - Evolução do pensamento positivista com foco humanista. - Propõe abordagem humanitária, visando a reintegração do delinquente. |

| | |
|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | - Crítica ao sistema penal vigente, defendendo adaptação do indivíduo à sociedade ao invés de punição. |
|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|

| CRIMINALIZACAO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA | |
|-----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Criminalização Primária | Envolve a criação de leis que definem certos comportamentos como crimes. É o ato de sancionar uma lei que incrimina ou permite a punição de determinadas ações. |
| Criminalização Secundária | Refere-se à aplicação dessas leis a indivíduos específicos, identificando aqueles sobre quem recai a persecução penal. |
| Características da Criminalização Secundária | Segundo Zaffaroni, envolve seletividade e vulnerabilidade, focando em pessoas em situações de fragilidade, como pobreza e marginalização. |
| Perspectiva do Labeling Approach | Observa que a criminalização secundária se alinha à teoria da rotulação social, que vê a criminalidade como um resultado de rótulos sociais impostos por autoridades e normas. |

| CARACTERÍSTICAS DO DIREITO PENAL | |
|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Fragmentário | Atua somente em casos de relevante lesão ou perigo ao bem jurídico tutelado. |
| Subsidiário | Intervém apenas quando outras esferas de controle falham. |
| Positivado | Baseado em normas escritas estabelecidas pelo Estado. |
| Valorativo | Considera valores consolidados no ordenamento jurídico, estabelecendo critérios e princípios. |
| Autônomo | É um ramo autônomo do Direito, com regras, estrutura e definições próprias. |
| Público | Parte do direito público, regulando relações entre o Estado e indivíduos. |
| Constitutivo | Excepcionalmente protege bens ou interesses não regulados em outras áreas do Direito. |
| Sancionatório | Não cria bens jurídicos, mas adiciona proteção penal aos bens regulados por outras áreas do Direito. |
| Coercitivo | Aplica-se independentemente da vontade do agente, impondo sanções para garantir a proteção dos bens jurídicos. |

| BENS JURÍDICOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS | |
|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bens Jurídicos Individuais | Referem-se a realidades específicas de cada indivíduo, como patrimônio, vida e integridade física. |
| Bens Jurídicos Coletivos | São de natureza transindividual e indivisíveis, como o meio ambiente. |
| Pseudo-Bens Jurídicos Coletivos | São junções de bens jurídicos individuais que poderiam existir de forma autônoma. Exemplo: saúde pública, que é a soma das saúdes individuais, não possuindo a transindividualidade e indivisibilidade dos verdadeiros bens jurídicos coletivos. |

| LEI PENAL - CLASSIFICAÇÕES | | | |
|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-----------------------|
| NORMAS INCRIMINADORAS | São aquelas descrevem crimes (preceito primário) e cominam penas (preceito secundário). | | |
| | Permissivas | <u>Justificantes</u> | Aquelas que afastam a |

| | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| NORMAS NÃO INCRIMINADORAS Não criam infração e nem comina sanção. Divide-se em: | | | ilicitude. Ex.: arts. 23, 24 e 25, CP - Excludentes de ilicitude |
| | | <u>Exculpantes</u> | Aquelas que afastam a culpabilidade. Ex.: art. 26, caput, CP - Inimputáveis. |
| | Explicativas ou Interpretativas | Aquelas que explicam conceitos. Exemplo: art. 327, CP - Conceito de funcionário público para fins penais. | |
| | Complementares, de Aplicação ou Finais | Aquelas que fornecem princípios gerais para aplicação da lei penal. Exemplo: art. 59, CP – Critérios para a fixação da pena. | |
| | Integrativas ou de Extensão | Tipicidade de subsunção indireta ou mediata. Aquela utilizada para viabilizar alguns fatos, pois o fato à norma é indireta (normas penais de adequação típica Exemplo: norma de extensão pessoal ou espacial (concurso de crimes) - art. 29, CP. | |
| COMPLETAS ou PERFEITAS | São aquelas que apresentam todos os elementos da conduta criminosa. Exemplo: art. 157, caput, CP. | | |
| INCOMPLETAS ou IMPERFEITAS | São aquelas que dependem de complemento valorativo, feito pelo juiz (tipo aberto) ou normativo, feito por outra norma ou por ato da Administração Pública (norma penal em branco). | | |

| FONTES DO DIREITO PENAL | | |
|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Fonte Material | <p>Refere-se à origem de produção da norma penal. Principalmente atribuída à União, conforme art. 22, I, da CF/88. Estados podem legislar sobre questões locais mediante delegação por lei complementar (art. 22, parágrafo único, da CF/88).</p> | |
| Fonte Formal Imediata | <p>A fonte formal imediata é a lei. Em sentido estrito, refere-se a leis penais incriminadoras que definem crimes e sanções. Em sentido amplo, inclui leis não incriminadoras que complementam o sistema penal.</p> | |
| Fonte Formal Mediata | <p>Inclui costumes, princípios gerais do direito, e atos administrativos:</p> | |
| | a) Costumes: | - Secundum legem: Auxiliam na aplicação da lei penal. |
| | | - Contra legem: Costumes contra a lei, geralmente não aceitos. |
| | | - Praeter legem: Suprem lacunas da lei, mas não definem crimes ou sanções. |
| | b) Princípios Gerais | <p>Servem de orientação jurídica, podendo influenciar na exclusão de ilicitude ou culpabilidade, mas não criam tipos penais devido ao princípio da legalidade.</p> |
| | c) Atos Administrativos | <p>Aplicam-se em normas penais em branco em sentido estrito, complementando dispositivos legais com regulamentações específicas.</p> |

| NORMA PENAL EM BRANCO |
|-----------------------|
|-----------------------|

Segundo Franz von Liszt, leis penais em branco são como corpos errantes em busca de alma. Existem fisicamente no universo jurídico, mas não podem ser aplicadas em razão de sua incompletude. A lei penal em branco é também denominada de cega ou aberta, e pode ser definida como a espécie de lei penal cuja definição da conduta criminosa reclama complementação. **DIVIDE-SE EM:**

| | | |
|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| IMPRÓPRIA, HOMOGÊNEA OU EM SENTIDO AMPLO/LATO | O seu complemento normativo emana do próprio legislador, ou seja, da mesma fonte de produção normativa. | |
| | Homovitelina ou Homóloga | O complemento emana da mesma instância legislativa (norma incompleta e seu complemento integram a mesma estrutura normativa). Exemplo: no crime de peculato (art. 312 do CP), a elementar funcionário público está descrita no próprio CP (art. 327 do CP). |
| | Heterovitelina ou Heteróloga | O complemento emana de instância legislativa diversa (norma incompleta e seu complemento integram estruturas normativas diversas). Exemplo: no crime de ocultação de impedimento para o casamento (art. 236 do CP), as hipóteses impeditivas da união civil estão elencadas no CC (art. 1.521 do CC). |
| PRÓPRIA, HETEROGÊNEA OU EM SENTIDO ESTRITO | O seu complemento normativo não emana do legislador, mas de fonte normativa diversa. Exemplo: no crime de tráfico de drogas (art. 33, da Lei nº 11.343/06), as substâncias consideradas drogas estão na Portaria 344 SVS/MS | |
| AO QUADRADO | A norma penal requer um complemento que, por sua vez, deve também ser integrado por outra norma (o tipo penal é duplamente complementado). | |
| DE FUNDO CONSTITUCIONAL | É aquela em que o complemento está em norma constitucional. Exemplo: no crime de abandono intelectual (art. 246 do CP), o conceito de instrução primária está no art. 208, I, da CF. | |
| AO REVÉS, AO AVESSO, INVERTIDA OU INVERSA | O complemento refere-se à sanção/preceito secundário, não ao conteúdo proibitivo/preceito primário. Exemplo: art. 1º, a, da Lei de Genocídio (Lei 2.889/56), segundo o qual aquele que com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, mata membros do grupo, é punido com as penas do art. 121, § 2º, do CP (homicídio doloso qualificado). Em decorrência do princípio da reserva legal, o complemento obrigatoriamente tem que ser outra lei. | |

| MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Mandados de Criminalização Expressos | Mandados de Criminalização Implícitos |
| Prevalece que o legislador está vinculado à determinação constitucional, sob pena de, não o fazendo, incorrer em inconstitucionalidade por omissão. Dentre eles, tem-se: <ul style="list-style-type: none"> • Art. 5º, XLI (discriminação atentatória a direitos e liberdades fundamentais); • Art. 5º, XLII (racismo); | Entende-se que há o dever de proteção eficiente (imperativos de tutela) . Nesse ponto, os mandados de criminalização diminuem o poder de conformação do legislador e de margem de interpretação ao julgador, de modo que a proteção de bens jurídicos pelo Estado deve ser suficiente, como apregoa o princípio da proporcionalidade em sua vertente do garantismo positivo (proibição de proteção deficiente). |

- Art. 5º, XLIII (insuportáveis de graça ou anistia a prática de tortura, tráfico, terrorismo e hediondos);
- Art. 5º, XLIV (ações de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado Democrático).

INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA, EXTENSIVA E ANALOGIA

| | | |
|--------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Interpretação Analógica | Técnica legislativa onde o legislador lista hipóteses específicas e usa uma cláusula genérica para incluir casos semelhantes. É compatível com o princípio da legalidade quando precedida por exemplos específicos. | Art. 121, §2º, inciso III do CP: "com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum." |
| Interpretação Extensiva | Ampliação do sentido de uma norma para abranger casos não explicitamente previstos, mas que se enquadram no espírito da lei. | Aplicar um conceito de "arma" para incluir objetos que não são armas tradicionais, mas que podem ser usados como tal. |
| Analogia | Aplicação de uma norma a casos não previstos, baseando-se na semelhança com casos previstos. No direito penal, só é permitida in bonam partem (em benefício do réu) e não pode ser usada se a lacuna for intencional ou se as normas forem excepcionais. | Antes da Lei 12.015/09, a analogia in bonam partem foi usada para permitir o aborto em caso de gravidez resultante de atentado violento ao pudor, equiparando ao estupro. |

INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL

| | |
|----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| INTERPRETAÇÃO QUANTO AO SUJEITO | <p>Autêntica (ou legislativa): Quando fornecida pela própria lei. Subdivide-se:</p> <p><u>Contextual:</u> Editada com a norma penal que conceitua;</p> <p><u>Posterior:</u> Editada posteriormente apresenta o conceito.</p> <p>Ex.: art. 327 do Código Penal (conceitua funcionário público).</p> <p>Judiciária (judicial ou jurisprudencial): Quando fornecida pelo Poder Judiciário em cada julgamento. Ex.: Súmulas Vinculantes, Teses em Repercussão Geral, IRDR etc.</p> <p>Doutrinária (científica): Quando fornecida pelos estudiosos do tema.</p> |
| INTERPRETAÇÃO QUANTO AOS MEIOS | <p>Gramatical, filológica ou literal: Quando se considera o sentido literal das palavras;</p> <p>Teleológica: Quando se busca entender a vontade ou intenção da lei, a finalidade da norma;</p> <p>Histórica: Quando se identifica os fundamentos da lei, sua origem;</p> <p>Sistemática: Quando a interpretação é feita em conjunto com o sistema que a lei faz parte e de acordo com os princípios gerais do Direito;</p> |

| | |
|-----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| INTERPRETAÇÃO QUANTO AO RESULTADO | <p>Progressiva/evolutiva: Quando se busca o significado da norma de acordo com o avanço da ciência ou da sociedade.</p> <p>Lógica: Quando se utiliza de métodos dedutivos, indutivos e dialéticos para encontrar o sentido da lei.</p> |
| | <p>Declaratória (declarativa ou estrita): Quando resulta na simetria entre o texto da lei e a sua vontade;</p> <p>Extensiva: Quando a lei disse menos do que desejava e, então, amplia-se a interpretação do texto para cumprir a vontade da lei. É admitido pela doutrina majoritária;</p> <p>CRÍTICA: Tal interpretação viola o princípio da legalidade estrita, de modo que, por prejudicar o réu, não pode ser admitida. Em favor de tal vedação, veja-se o art. 22.2 do Estatuto de Roma: <i>“A previsão de um crime será estabelecida de forma precisa e não será permitido o recurso à analogia. Em caso de ambiguidade, será interpretada a favor da pessoa objeto de inquérito, acusada ou condenada”</i>. Ademais, o princípio do in dubio pro reo deve servir como regra de interpretação.</p> <p>Restritiva: quando se diminui o alcance da lei, já que a literalidade disse mais que desejava.</p> |

| CLASSIFICAÇÕES DO DIREITO PENAL | |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Direito Penal Objetivo | Conjunto de normas penais que regulam o poder punitivo do Estado (ius puniendi), determinando crimes e sanções aplicáveis. |
| Direito Penal Subjetivo | Refere-se ao direito de punir do Estado, subdividido em: |
| | <ul style="list-style-type: none"> - Positivo: Capacidade do Estado de criar e executar normas penais. - Negativo: Faculdade do Estado de derrogar preceitos penais ou restringir figuras delitivas. |
| Limites ao Poder Punitivo | - Modo: Respeito aos direitos e garantias fundamentais. |
| | - Espaço: Lei penal aplicada aos fatos no território nacional (soberania). |
| | - Tempo: Direito de punir limitado pelo tempo, extinto pela prescrição (art. 107 do Código Penal). |
| Direito Penal Comum | Normas aplicáveis pela justiça comum. |
| Direito Penal Especial | Normas aplicáveis por órgãos específicos, como Direito Penal Militar e Eleitoral. |
| Direito Penal Substantivo | Também conhecido como Direito Penal material, refere-se ao Direito Penal propriamente dito. |
| Direito Penal Adjetivo/Formal | Refere-se ao Direito Processual Penal, que possui autonomia e conteúdo próprios, tornando essa classificação menos utilizada. |

DIREITO PENAL DE EMERGÊNCIA, SIMBÓLICO E PROMOCIONAL

| | |
|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Direito Penal de Emergência | O Estado cria normas de repressão atendendo a demandas de criminalização, ignorando garantias do cidadão. Finalidade: Devolver o sentimento de tranquilidade à sociedade. Exemplo: Lei dos crimes hediondos. |
| Direito Penal Promocional, Político ou Demagogo | O Estado utiliza leis penais para alcançar objetivos políticos, desconsiderando o princípio da intervenção mínima. Finalidade: Usar o direito penal para transformação social/política. Exemplo: Contravenção da mendicância (revogada), criação de contravenção em vez de melhorar políticas públicas. |
| Direito Penal Simbólico | O Estado cria leis sem eficácia jurídica ou social. Exemplo: Lei 14.245/21 - Lei Mariana Ferrer |

| DIREITO PENAL DO INIMIGO E DIREITO PENAL DO AMIGO | | |
|----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Desenvolvimento e Teoria | Desenvolvido por Gunther Jakobs, focado no funcionalismo sistêmico para proteger o sistema social. | Crítica doutrinária à impunidade de classes privilegiadas (políticos, empresários), associada à Teoria da Associação Diferencial de Edwin Sutherland. |
| Conceito de Inimigo/Amigo | Inimigos são aqueles que violam o contrato social, incluindo terroristas, delinquentes econômicos e integrantes de organizações criminosas. | Amigo refere-se a indivíduos de classes abastadas que se beneficiam de flexibilização penal, como em crimes de colarinho branco. |
| Transição para Inimigo/Amigo | Reincidência, habitualidade, delinquência profissional, e integração em organizações delitivas estruturadas. | Flexibilização penal para crimes de colarinho branco, incluindo meios de Justiça Negociada como a transação penal e suspensão condicional do processo. |
| Foco da Punição | Baseia-se na periculosidade, não na culpabilidade; aplica medidas de segurança e adianta a tutela penal para atos preparatórios. | Inclui mecanismos de extinção da punibilidade, como quando o agente paga o tributo (ex: art. 9ª da Lei nº 10.684/2003). |
| Crítica e Controvérsia | A visão de Jakobs contrasta com o conceito de um Direito Penal Democrático e é vista como autoritária e incompatível com o Estado Democrático de Direito, conforme críticos como Juarez Cirino. | Criticado por permitir impunidade e proteção para infratores de alto status, minando a igualdade perante a lei e a efetividade do sistema penal para crimes econômicos. |

| VELOCIDADES DO DIREITO PENAL | |
|-----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1ª Velocidade (Jesús-María Silva Sánchez) | Relaciona-se com infrações penais mais graves, punidas com PPL, exigindo-se um procedimento mais demorado para observar as garantias penais e processuais penais. |
| 2ª Velocidade (Jesús-María Silva Sánchez) | Relaciona-se com infrações penais menos graves, punidas com penas alternativas à prisão, flexibilizando-se o procedimento e as garantias, porém, tendo um processo de punição mais célere. |

| | |
|------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 3ª Velocidade (Gunther Jakobs) | Trata-se da mescla das duas anteriores, com a defesa da punição do criminoso com pena privativa de liberdade (1ª velocidade) e a flexibilização do procedimento (2ª velocidade). Há uma resposta estatal intensa e célere, presente no Direito Penal do Inimigo de Jakobs. |
| 4ª Velocidade (Daniel Pastor) | <p>Relaciona-se com o Direito Penal Internacional, mais especificamente o cometimento de crimes contra a humanidade por Chefes de Estado, a serem julgados pelo TPI:</p> <p>“GHUGA”:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Genocídio; • Humanidade; • Guerra; • Agressão. <p>Originou-se de publicação por Daniel Pastor. O neopunitivismo retrata um movimento de expansão do Direito Penal (panpenalismo) que aumenta o poder punitivo estatal, sendo ainda mais arbitrário que o Direito Penal do Inimigo. Há a diminuição ou eliminação de garantias penais e processuais penais e aumento das forças policiais e das penas mediante inflação legislativa. O Direito Penal é legitimado pela defesa social.</p> |

| DIREITO PENAL NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E DEFENSORIA PÚBLICA | |
|----------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Concepção Democrática | <p>- Direito Penal deve respeitar princípios e garantias constitucionais, funcionando como instrumento de controle social limitado e legitimado pelo consenso.</p> <p>- Protege bens jurídicos fundamentais e limita o poder punitivo estatal através de princípios como intervenção mínima, proporcionalidade, ressocialização e culpabilidade.</p> |
| Função Preventiva da Pena | <p>- Função Geral Positiva: Reafirma a confiança no ordenamento jurídico.</p> <p>- Função Geral Negativa: Utilizando a intimidação, atua como dissuasão geral.</p> <p>- Função Especial Negativa: Evita a reincidência do delinquente, neutralizando-o, usando a própria punição como meio de evitar a reiteração de crimes.</p> <p>- Função Especial Positiva: Evita o crime por meio da ressocialização.</p> |
| Direito Penal e Constituição | - A Constituição de 1988 é o parâmetro de legitimidade, limitando a aplicação do Direito Penal e protegendo bens jurídicos fundamentais. |
| Interpretação à Luz dos Direitos Humanos | - Deve ser feita em consonância com a dignidade humana, assegurando direitos fundamentais como os previstos no artigo 5º da CF, como proibição de tortura, inviolabilidade do domicílio, e proteção contra discriminação e penas infamantes. |
| Princípio da Humanidade | - Exclui penas cruéis e perpétuas, defendendo que o poder punitivo não deve violar a dignidade humana. |
| Jurisprudência da Corte IDH | <p>- Caso Barrios Altos vs Peru: Incompatibilidade de leis de autoanistia com a CADH.</p> <p>- Caso Loayza Tamayo vs Peru: Impossibilidade de suspensão do Habeas Corpus.</p> |

| | |
|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | - Caso Tibi vs Equador: Excepcionalidade da prisão preventiva e proibição da tortura. |
| | - Caso Caesar vs Trinidad e Tobago: Vedação da pena corporal. |
| | - Caso Velásques Rodriguez: Dever estatal de investigar e punir para efetivar direitos humanos. |

| PROTEÇÃO PENAL DE DIREITOS HUMANOS E NEORREALISMO DE ESQUERDA | |
|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dimensão Objetiva dos DH | Refere-se ao dever dos Estados de agir efetivamente para punir criminalmente graves violações de direitos humanos, garantindo assim a proteção penal. |
| Dimensão Subjetiva dos DH | Envolve a atribuição de direitos a indivíduos, garantindo-lhes proteção em razão de sua condição de seres humanos. |
| Neorrealismo de Esquerda | Movimento que clama por mais criminalizações e punições, especialmente em defesa de pautas de esquerda. Busca a responsabilização em crimes como colarinho-branco, discriminação e ódio, propondo aumentar penas para mais favorecidos. |
| Papel da Corte IDH e STF | A Corte Interamericana de Direitos Humanos frequentemente decide pela punição como forma de reparar violações de direitos humanos. No Brasil, o STF, através da ADC 26 e ADPF 779, utiliza o Direito Penal para proteger direitos humanos. |
| Crítica ao Movimento | A crítica doutrinária sustenta que o Direito Penal, devido à sua seletividade e objetivos reais (como discutido pela Criminologia Crítica e labelling approach), não pode adequadamente proteger direitos humanos de forma justa e equitativa. |

| TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tribunais Internacionais de Justiça e Direitos Humanos | - Corte Internacional de Justiça (CIJ): Órgão judicial da ONU, natureza civil, onde somente Estados podem ser partes. |
| | - Corte Europeia de Direitos Humanos: Permite que indivíduos demandem Estados (jus standi). |
| | - Corte Interamericana de Direitos Humanos: Estados e a Comissão podem processar Estados; vítimas têm direito de participação (locus standi). |
| | - Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos: Similar em função às outras cortes de direitos humanos. |
| Tribunais Penais Internacionais | - Tribunal Penal Internacional (TPI): Criado pelo Estatuto de Roma (1998), é independente, com jurisdição criminal permanente, complementar aos Estados, e julga crimes de jus cogens (genocídio, crimes contra a humanidade, de guerra e de agressão). |
| Diferenças entre Direito Internacional Penal e Direito Penal Internacional | - Direito Internacional Penal: Foca em crimes de elevada gravidade (jus cogens) que afetam a comunidade internacional. |
| | - Direito Penal Internacional: Lida com crimes transnacionais, focando em cooperação jurídica internacional. |
| Mandados Internacionais de Criminalização | Na proteção penal dos direitos humanos, Estados devem criminalizar condutas ofensivas e têm obrigação de investigar, processar e punir violações. |

| | |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Status Normativo dos Tratados | - Tratados sobre direitos humanos aprovados com quórum qualificado (art. 5º, § 3º da CF/88) têm status de emenda constitucional. |
| | - Tratados não aprovados neste rito têm status supralegal, permitindo controle de convencionalidade. |
| Tratados como Limite e Fundamento do Direito Penal | Tratados internacionais estabelecem limites ao legislador e fundamentam a proteção de bens jurídicos, como vistos na: |
| | - Convenção Interamericana sobre o Tráfico Internacional de Menores |
| | - Convenção de Belém do Pará (Violência Contra a Mulher) |
| | - Convenção contra a Tortura |
| | - Convenção Internacional sobre a Eliminação de Discriminação Racial |

| PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PENAL | |
|------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| MISSÃO DO DIREITO PENAL | <ul style="list-style-type: none"> • Princípio da Exclusiva Proteção de Bens Jurídicos • Princípio da Intervenção Mínima (fragmentariedade e subsidiariedade) <ul style="list-style-type: none"> ○ Insignificância (Bagatela Própria) ○ Bagatela Imprópria ○ Adequação Social |
| FATO DO AGENTE | <ul style="list-style-type: none"> • Princípio da Exteriorização ou Materialização • Princípio da Legalidade • Princípio da Anterioridade • Princípio da Confiança • Princípio da Alteridade • Princípio da Ofensividade/Lesividade |
| AGENTE DO FATO | <ul style="list-style-type: none"> • Princípio da Responsabilidade Pessoal • Princípio da Responsabilidade Subjetiva • Princípio da Culpabilidade • Princípio da Isonomia • Princípio da Presunção da Inocência |
| PENA | <ul style="list-style-type: none"> • Princípio da Dignidade Humana • Princípio da Individualização da pena • Princípio da proporcionalidade • Princípio da Pessoalidade • Princípio da vedação do <i>bis in idem</i> |

Anterioridade da Lei

Art. 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

Lei penal no tempo

Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Parágrafo único - A lei posterior, **que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.**

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

SÚMULA 611, STF: Transitada em julgado a sentença condenatória, **competete ao Juízo das execuções** a aplicação de lei mais benigna.

SÚMULA 711, STF: A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

SÚMULA 471, STJ: Os condenados por crimes hediondos ou assemelhados cometidos antes da vigência da Lei 11.464/2007 sujeitam-se ao disposto no art. 112 da Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) para a progressão de regime prisional.

SÚMULA 501, STJ: É cabível a aplicação retroativa da Lei 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis.

| ABOLITIO CRIMINIS X CONTINUIDADE NORMATIVO-TÍPICA | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ABOLITIO CRIMINIS | CONTINUIDADE NORMATIVO-TÍPICA |
| O instituto da abolitio criminis refere-se à supressão da conduta criminosa nos aspectos formal e material . | O princípio da continuidade normativo-típica refere-se apenas à supressão formal . |
| O fato não é mais punível (ocorre extinção da punibilidade – art. 107, III, do CP). | O fato continua sendo punível (a conduta é deslocada para outro tipo penal). |
| Ex.: O revogado crime de adultério (art. 240 deste Código). | Ex.: O crime de atentado violento ao pudor passou a ser tipificado no art. 213 em conjunto com o crime de estupro (Lei 12.015/09). |

Lei excepcional ou temporária

Art. 3º - A lei **excepcional ou temporária**, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, **aplica-se ao fato praticado durante sua vigência**.

| DIFERENÇAS ENTRE LEI PENAL EXCEPCIONAL E LEI PENAL TEMPORÁRIA | | |
|---------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | Lei Penal Excepcional | Lei Penal Temporária |
| Definição | Destinada a vigorar durante situações anormais, como guerras ou calamidades, para lidar com circunstâncias excepcionais. | Criada para vigorar por um período específico, determinado previamente, independentemente de circunstâncias excepcionais. |
| Duração | Vigora enquanto persistirem as condições excepcionais que justificaram sua criação. | Vigora até o término do período estabelecido na própria lei. |
| Cessação de Vigência | Deixa de vigorar automaticamente quando cessam as condições excepcionais que a justificaram. | Deixa de vigorar automaticamente ao final do prazo determinado, sem necessidade de revogação formal. |
| Exemplo de Aplicação | Leis criadas para situações de guerra ou emergência sanitária. | Leis que estabelecem medidas temporárias para eventos específicos, como grandes eventos esportivos ou culturais. |
| Efeito sobre Atos Praticados | Os atos praticados durante a vigência da lei continuam a ser regidos por ela, mesmo após | Os atos praticados durante a vigência da lei continuam a ser regidos por ela, mesmo após |

| | |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| seu término, devido ao princípio da ultratividade. | seu término, devido ao princípio da ultratividade. |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------------------|

Tempo do crime

Art. 4º - Considera-se praticado o crime no **momento da ação ou omissão**, ainda que outro seja o momento do resultado.

| TEORIAS DO TEMPO DO CRIME | |
|--------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Teoria da Atividade ou da Ação | Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, independentemente do momento do resultado. Adotada pelo Código Penal brasileiro. |
| Teoria do Resultado, do Evento ou do Efeito | Considera-se praticado o crime no momento da ocorrência do resultado, independentemente do momento da ação. |
| Teoria da Ubiquidade, Mista, Híbrida ou Eclética | Considera como tempo do crime tanto o momento da ação ou omissão quanto o momento da produção do resultado. |
| Exceção em Matéria de Prescrição (Art. 111, I, do CP) | Teoria do Resultado - Para fins de prescrição, o crime é considerado cometido no momento da consumação (quando ocorre o resultado). Exemplo: Se o disparo resulta em morte apenas em 5 de janeiro, o termo inicial para contagem do prazo prescricional será esta data. |

Crime Permanente e Imputabilidade

- Se uma pessoa **menor de 18 anos** inicia um crime permanente (ex.: sequestro) e atinge a maioridade durante a permanência, aplica-se a legislação penal, pois se tornou imputável durante a prática.

Crime Continuado e Imputabilidade

- Se alguém pratica atos infracionais da mesma espécie antes e após completar **18 anos**, as primeiras condutas não são consideradas para reconhecimento de crime continuado.

Fixação da Imputabilidade (Tempo da Conduta)

- Se um **menor de 18 anos** causa lesões que resultam em morte após atingir a maioridade, aplica-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, pois o ato foi praticado enquanto era inimputável.

Territorialidade

Art. 5º - **Aplica-se a lei brasileira**, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como **EXTENSÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL** as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as **aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada**, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

§ 2º - É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados **a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada**, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

TERRITORIALIDADE

| | |
|--------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Crimes no Território Nacional | Aplica-se a lei brasileira, respeitando convenções, tratados e regras internacionais. |
| Extensão do Território Nacional | Embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública ou a serviço do governo, onde quer que estejam. |
| | Embarcações e aeronaves brasileiras mercantes ou privadas no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar. |
| Crimes em Embarcações ou Aeronaves Estrangeiras | Aplica-se se aeronaves estrangeiras privadas estão em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente. |
| | Aplica-se se embarcações estrangeiras privadas estão em porto ou mar territorial do Brasil. |

Lugar do crime

Art. 6º - Considera-se praticado o crime **no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.**

| TEORIAS DO LUGAR DO CRIME | |
|----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Teoria da Atividade | O crime considera-se praticado no lugar da conduta . |
| Teoria do Resultado | O crime considera-se praticado no lugar do resultado . |
| Teoria Mista (Ubiquidade) | O crime considera-se praticado no lugar da conduta ou do resultado . É a teoria adotada pelo Código Penal brasileiro. |

EXCEÇÕES À TEORIA DA UBIQUIDADE

- **Crimes Plurilocalis:** São crimes em que a conduta e o resultado ocorrem em Comarcas diferentes (conflito interno de jurisdição), **aplica-se a regra do art. 70, do CPP (teoria da consumação, do resultado, do efeito).**
- **Crimes Dolosos contra a vida:** Aplica-se a teoria da atividade, em razão da conveniência para a instrução criminal.
- **Infrações Penais de Menor Potencial Ofensivo:** Aplica-se a teoria da atividade, em razão do art. 63, da Lei 9099/95.
- **Crimes definidos pela Lei de Imprensa:** Aplica-se a teoria da atividade, em razão do art. 42, da Lei 5.250/67.
- **Crimes Falimentares:** Aplica-se o foro em que fora decretada a falência (art. 183, da LREF).
- **Atos Infracionais:** Aplica-se a teoria da atividade (art. 147, §1º, do ECA).

Extraterritorialidade

Art. 7º - Ficam **sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:**

I - os crimes:

- contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;
- contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;
- contra a administração pública, por quem está a seu serviço;
- de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;

EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE

| | |
|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Princípio da Nacionalidade ou Personalidade | O princípio da nacionalidade (ou personalidade) permite a aplicação da lei brasileira a crimes praticados NO EXTERIOR quando o <u>agente é brasileiro (personalidade ativa)</u> , independentemente da nacionalidade da vítima; ou quando a <u>vítima é brasileira (personalidade passiva)</u> , independentemente da nacionalidade do agente. |
| Princípio do Domicílio | O princípio do domicílio permite que o autor de crimes praticados NO EXTERIOR seja julgado de acordo com a lei do país em que mantém domicílio, sendo irrelevante sua nacionalidade. |
| Princípio da Defesa, Real ou da Proteção | O princípio da defesa permite a aplicação da lei brasileira a crimes praticados NO EXTERIOR quando violem bens jurídicos pertencentes ao Brasil, independente do local do fato, da nacionalidade do agente ou o bem jurídico atingido. Funda-se na cooperação penal internacional e no dever de solidariedade em reprimir certos delitos que interessa a todos os povos. |
| Princípio da Justiça Universal ou Justiça Cosmopolita | O princípio da Justiça Universal permite a aplicação da lei (de acordo com convenções e tratados internacionais) a crimes praticados NO EXTERIOR quando viola tratados internacionais de cooperação de repressão a determinados delitos. |
| Princípio da Representação ou da Bandeira | O princípio da bandeira, do pavilhão ou da substituição permite a aplicação da lei brasileira a crimes cometidos em aeronaves ou embarcações brasileiras (mercantes ou privadas) quando estiverem em território estrangeiro e aí não sejam julgados. |

II - os crimes:

- a) que, por **tratado ou convenção**, o Brasil se obrigou a reprimir;
- b) **praticados por brasileiro**;
- c) **praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.**

§ 1º - Nos casos do inciso I, o agente é punido segundo a lei brasileira, **AINDA QUE ABSOLVIDO OU CONDENADO NO ESTRANGEIRO.**

§ 2º - Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições:

- a) **entrar o agente no território nacional;**
- b) **ser o fato punível também no país em que foi praticado;**
- c) **estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição;**
- d) **não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena;**
- e) **não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável.**

§ 3º - A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições previstas no parágrafo anterior:

- a) **não foi pedida ou foi negada a extradição;**

b) houve requisição do Ministro da Justiça.

| HIPÓTESES DE EXTRATERRITORIALIDADE DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO | |
|---------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| INCONDICIONADA | Os crimes cometidos no exterior que ficam sujeitos à lei brasileira, independentemente de qualquer condição, nos seguintes casos (Art. 7º, Inciso I): |
| | - Contra a vida ou liberdade do Presidente da República. |
| | - Contra o patrimônio ou a fé pública da União, Distrito Federal, Estados, Territórios, Municípios, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou fundações instituídas pelo Poder Público. |
| | - Contra a administração pública, por quem está a seu serviço. |
| | - De genocídio, quando o agente é brasileiro ou domiciliado no Brasil. |
| CONDICIONADA | Aplicação da lei brasileira depende do cumprimento das condições do § 2º do Art. 7º (Inciso II): |
| | - Crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir. |
| | - Crimes praticados por brasileiros. |
| | - Crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e não julgados lá. |
| | CONDIÇÕES PARA A APLICAÇÃO: |
| | - O agente deve entrar no território nacional. |
| | - O fato deve ser punível também no país em que foi praticado. |
| | - O crime deve estar incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição. |
| | - O agente não deve ter sido absolvido ou cumprido pena no estrangeiro. |
| | - O agente não deve ter sido perdoado no estrangeiro ou a punibilidade não deve estar extinta segundo a lei mais favorável. |
| HIPERCONDICIONADA | Aplica-se ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, desde que atendidas as condições do § 2º do Art. 7º e outras específicas do § 3º: |
| | - Não foi pedida ou foi negada a extradição do agente. |
| | - Houve requisição do Ministro da Justiça. |

| IMUNIDADES E EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS | |
|----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Imunidade Diplomática | - Definição: Prerrogativa funcional, não pessoal, que protege diplomatas e suas famílias, não sendo um privilégio baseado em superioridade pessoal. - Âmbito: Inclui chefes de governo/Estado, embaixadores, funcionários diplomáticos e suas famílias. |
| Obrigações dos Diplomatas | - Devem obedecer ao preceito primário da lei penal local (conduta criminosa) mas escapam do preceito secundário (sanção), estando sujeitos à jurisdição de seu país de origem (intraterritorialidade). |
| Inviolabilidade | - Agentes diplomáticos e suas residências particulares são invioláveis; não podem ser detidos ou presos (Art. 29 do Decreto 56.435). - A inviolabilidade estende-se a documentos, correspondências e bens (Art. 30 do Decreto 56.435). |

| | |
|---------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Renúncia à Imunidade | - Diplomatas não podem renunciar à imunidade; apenas o Estado de origem pode fazê-lo expressamente (Art. 32 do Decreto 56.435/65). |
| Natureza Jurídica da Imunidade | - Duas Correntes: 1. Causa pessoal de isenção de pena. 2. Causa impeditiva de punibilidade. |
| Imunidade Consular | - Agentes consulares possuem imunidade apenas para delitos praticados em razão da função, não abrangendo crimes fora do contexto funcional. |
| Embaixadas | - Não são extensões do território nacional que representam; possuem inviolabilidade conforme a Convenção de Viena. Aplicação de leis locais requer negociação sob direito internacional, impossibilitando cumprimento direto, mesmo com mandado judicial ou flagrante delito. |

Pena cumprida no estrangeiro

Art. 8º - A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, **quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.**

Eficácia de sentença estrangeira

Art. 9º - A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para:

I - obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis;

II - sujeitá-lo a medida de segurança.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

CASO ROBINHO - A transferência da execução de pena de brasileiro nato para ser cumprida no Brasil, imposta em outro país, não viola o núcleo do direito fundamental contido no art. 5º, inciso LI, da Constituição Federal.

A Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), em seu art. 100, autoriza a transferência da execução da pena imposta no exterior tanto a brasileiros, natos ou naturalizados, quanto a estrangeiros que tiverem residência habitual ou vínculo pessoal no Brasil, a fim de evitar, com isso, a impunidade de brasileiros natos condenados no exterior, não sujeitos à extradição.

O disposto no art. 100 da Lei nº 13.445/2017 aplica-se aos fatos anteriores a sua vigência por se tratar de norma de cooperação internacional em matéria penal.

O sistema de contenciosidade limitada adotado pelo Brasil em matéria de homologação de sentença penal estrangeira impede a rediscussão do mérito da ação penal que resultou na condenação do cidadão brasileiro.

A Lei nº 13.445/2017, ao permitir a transferência de cumprimento de pena, representa uma maior efetividade dos princípios da razoável duração do processo, evitando a incidência do bis in idem internacional.

STJ. Corte Especial. HDE 7.986-EX, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 20/3/2024 (Info 805).

Parágrafo único - A homologação depende:

a) para os efeitos previstos no inciso I, de pedido da parte interessada;

b) para os outros efeitos, da existência de tratado de extradição com o país de cuja autoridade judiciária emanou a sentença, ou, na falta de tratado, de requisição do Ministro da Justiça.

Contagem de prazo

Art. 10 - O DIA DO COMEÇO inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

Frações não computáveis da pena

Art. 11. Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia, e, na pena de multa, as frações de cruzeiro.

Legislação especial

Art. 12. As regras gerais deste Código aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, se esta não dispuser de modo diverso.

| CONFLITO APARENTE DE NORMAS NO DIREITO PENAL | |
|----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Princípio da Subsidiariedade | Aplica-se quando duas leis penais tratam de diferentes graus de ofensa ao mesmo bem jurídico. A norma subsidiária é aplicada somente se o fato não se subsume à norma mais grave (norma principal). Exemplos incluem crimes de dano e furto qualificado. |
| Princípio da Especialidade | A lei especial prevalece sobre a lei geral. Essa aplicação é obrigatória sempre no plano abstrato. A norma especial possui elementos adicionalmente qualificadores que abrangem o tipo geral. Exemplo: infanticídio é especial em relação ao homicídio. |
| Princípio da Consunção | O crime de menor potencial ofensivo é absorvido por um crime de maior gravidade que consome sua conduta. Aplica-se em casos como crime progressivo, progressão criminosa, e fatos impuníveis anteriores, simultâneos, ou posteriores. Evita a dupla punição. |
| Princípio da Alternatividade | Aplicável a crimes plurissubsistentes (múltiplos verbos nucleares) onde várias condutas típicas compõem um único crime. A imprópria, não aceita por todos, afirma que duas normas penais regulam o mesmo fato, mas pode levar ao conflito de leis penais no tempo. |

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Súmula 664 – STJ – É inaplicável a consunção entre o delito de embriaguez ao volante e o de condução de veículo automotor sem habilitação.

Súmula 17 – STJ – Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.